

www.serpro.gov.br

**Política de Certificação
da
Autoridade Certificadora
do
Ministério das Relações Exteriores
AC MRE - SE-H**

(PC AC MRE – SE-H)

Versão 1.0 de Novembro 2024



Sumário

Controle de Alterações	9
1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Visão Geral	10
1.2. Identificação	10
1.3. Participantes da ICP-Brasil.....	10
1.3.1. Autoridades Certificadoras.....	10
1.3.2. Autoridades de Registro.....	10
1.3.3. Titulares do Certificado.....	11
1.3.4. Partes Confiáveis	11
1.3.5. Outros Participantes	11
1.4. Usabilidade do Certificado	11
1.4.1. Uso apropriado do certificado.....	11
1.4.2. Uso proibitivo do certificado	12
1.5. Política de Administração.....	12
1.5.1. Organização administrativa do documento.....	12
1.5.2. Contatos	12
1.5.3. Pessoa que determina a adequabilidade da DPC com a PC	12
1.5.4. Procedimentos de aprovação da PC	13
1.6. Definições e Acrônimos.....	13
2. Responsabilidades de publicação e repositórios.....	14
2.1. Repositórios	14
2.2. Publicação de informações dos certificados	14
2.3. Tempo ou Frequência de Publicação	14
2.4. Controle de Acesso aos Repositórios.....	14
3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO.....	14
3.1. Nomeação.....	14
3.1.1. Tipos de nomes	14
3.1.2. Necessidade dos nomes serem significativos.....	14
3.1.3. Anonimato ou Pseudônimo dos Titulares do Certificado.....	14
3.1.4. Regras para interpretação de vários tipos de nomes	14
3.1.5. Unicidade de nomes.....	14
3.1.6. Procedimento para resolver disputa de nomes	14
3.1.7. Reconhecimento, autenticação e papel de marcas registradas	14
3.2. Validação inicial de identidade	15
3.2.1. Método para comprovar a posse de chave privada	15
3.2.2. Autenticação da identificação da organização	15
3.2.3. Autenticação da identidade de equipamento ou aplicação.....	15
3.2.4. Autenticação da identidade de um indivíduo	15
3.2.5. Informações não verificadas do titular do certificado.....	15
3.2.6. Validação das autoridades	15
3.2.7. Critérios para interoperação	15
3.3. Identificação e autenticação para pedidos de novas chaves.....	15

3.3.1. Identificação e autenticação para rotina de novas chaves	15
3.3.2. Identificação e autenticação para novas chaves após a revogação	15
3.4. Identificação e Autenticação para solicitação de revogação	15
4. REQUISITOS OPERACIONAIS DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO	15
4.1. Solicitação do certificado	15
4.1.1. Quem pode submeter uma solicitação de certificado	15
4.1.2. Processo de registro e responsabilidades	15
4.2. Processamento de Solicitação de Certificado	15
4.2.1. Execução das funções de identificação e autenticação	15
4.2.2. Aprovação ou rejeição de pedidos de certificado	15
4.2.3. Tempo para processar a solicitação de certificado	15
4.3. Emissão de Certificado	15
4.3.1. Ações da AC durante a emissão de um certificado	15
4.3.2. Notificações para o titular do certificado pela AC na emissão do certificado	15
4.4. Aceitação de Certificado	16
4.4.1. Conduta sobre a aceitação do certificado	16
4.4.2. Publicação do certificado pela AC	16
4.4.3. Notificação de emissão do certificado pela AC Raiz para outras entidades	16
4.5. Usabilidade do par de chaves e do certificado	16
4.5.1. Usabilidade da Chave privada e do certificado do titular	16
4.5.2. Usabilidade da chave pública e do certificado das partes confiáveis	16
4.6. Renovação de Certificados	16
4.6.1. Circunstâncias para renovação de certificados	16
4.6.2. Quem pode solicitar a renovação	16
4.6.3. Processamento de requisição para renovação de certificados	16
4.6.4. Notificação para nova emissão de certificado para o titular	16
4.6.5. Conduta constituindo a aceitação de uma renovação de um certificado	16
4.6.6. Publicação de uma renovação de um certificado pela AC	16
4.6.7. Notificação de emissão de certificado pela AC para outras entidades	16
4.7. Nova chave de certificado	16
4.7.1. Circunstâncias para nova chave de certificado	16
4.7.2. Quem pode requisitar a certificação de uma nova chave pública	16
4.7.3. Processamento de requisição de novas chaves de certificado	16
4.7.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular	16
4.7.5. Conduta constituindo a aceitação de uma nova chave certificada	16
4.7.6. Publicação de uma nova chave certificada pela AC	16
4.7.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades	16
4.8. Modificação de certificado	16
4.8.1. Circunstâncias para modificação de certificado	16
4.8.2. Quem pode requisitar a modificação de certificado	16
4.8.3. Processamento de requisição de modificação de certificado	16
4.8.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular	16
4.8.5. Conduta constituindo a aceitação de uma modificação de certificado	17
4.8.6. Publicação de uma modificação de certificado pela AC	17

4.8.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades	17
4.9. Suspensão e Revogação de Certificado	17
4.9.1. Circunstâncias para revogação	17
4.9.2. Quem pode solicitar revogação	17
4.9.3. Procedimento para solicitação de revogação	17
4.9.4. Prazo para solicitação de revogação	17
4.9.5. Tempo em que a AC deve processar o pedido de revogação	17
4.9.6. Requisitos de verificação de revogação para as partes confiáveis	17
4.9.7. Frequência de emissão de LCR	17
4.9.8. Latência máxima para a LCR	17
4.9.9. Disponibilidade para revogação/verificação de status on-line	17
4.9.10. Requisitos para verificação de revogação on-line	17
4.9.11. Outras formas disponíveis para divulgação de revogação	17
4.9.12. Requisitos especiais para o caso de comprometimento de chave	17
4.9.13. Circunstâncias para suspensão	17
4.9.14. Quem pode solicitar suspensão	17
4.9.15. Procedimento para solicitação de suspensão	17
4.9.16. Limites no período de suspensão	17
4.10. Serviços de status de certificado	17
4.10.1. Características operacionais	17
4.10.2. Disponibilidade dos serviços	17
4.10.3. Funcionalidades operacionais	17
4.11. Encerramento de atividades	17
4.12. Custódia e recuperação de chave	17
4.12.1. Política e práticas de custódia e recuperação de chave	17
4.12.2. Política e práticas de encapsulamento e recuperação de chave de sessão	17
5. CONTROLES OPERACIONAIS, GERENCIAMENTO E INSTALAÇÕES	17
5.1. Controles físicos	18
5.1.1 Construção e localização das instalações de AC	18
5.1.2. Acesso físico	18
5.1.3. Energia e ar-condicionado	18
5.1.4. Exposição à água	18
5.1.5. Prevenção e proteção contra incêndio	18
5.1.6. Armazenamento de mídia	18
5.1.7. Destruição de lixo	18
5.1.8. Instalações de segurança (backup) externas (off-site) para AC	18
5.2. Controles Procedimentais	18
5.2.1. Perfis qualificados	18
5.2.2. Número de pessoas necessário por tarefa	18
5.2.3. Identificação e autenticação para cada perfil	18
5.2.4. Funções que requerem separação de deveres	18
5.3. Controles de Pessoal	18
5.3.1. Antecedentes, qualificação, experiência e requisitos de idoneidade	18
5.3.2. Procedimentos de verificação de antecedentes	18

5.3.3. Requisitos de treinamento.....	18
5.3.4. Frequência e requisitos para reciclagem técnica.....	18
5.3.5. Frequência e sequência de rodízio de cargos.....	18
5.3.6. Sanções para ações não autorizadas.....	18
5.3.7. Requisitos para contratação de pessoal.....	18
5.3.8. Documentação fornecida ao pessoal.....	18
5.4. Procedimentos de Log de Auditoria.....	18
5.4.1. Tipos de eventos registrados.....	18
5.4.2. Frequência de auditoria de registros.....	18
5.4.3. Período de retenção para registros de auditoria.....	18
5.4.4. Proteção de registros de auditoria.....	18
5.4.5. Procedimentos para cópia de segurança (Backup) de registros de auditoria.....	19
5.4.6. Sistema de coleta de dados de auditoria (interno ou externo).....	19
5.4.7. Notificação de agentes causadores de eventos.....	19
5.4.8. Avaliações de vulnerabilidade.....	19
5.5. Arquivamento de Registros.....	19
5.5.1. Tipos de registros arquivados.....	19
5.5.2. Período de retenção para arquivo.....	19
5.5.3. Proteção de arquivo.....	19
5.5.4. Procedimentos de cópia de arquivo.....	19
5.5.5. Requisitos para datação de registros.....	19
5.5.6. Sistema de coleta de dados de arquivo (interno e externo).....	19
5.5.7. Procedimentos para obter e verificar informação de arquivo.....	19
5.6. Troca de chave.....	19
5.7. Comprometimento e Recuperação de Desastre.....	19
5.7.1. Procedimentos gerenciamento de incidente e comprometimento.....	19
5.7.2. Recursos computacionais, software, e/ou dados corrompidos.....	19
5.7.3. Procedimentos no caso de comprometimento de chave privada de entidade.....	19
5.7.4. Capacidade de continuidade de negócio após desastre.....	19
5.8. Extinção da AC.....	19
6. CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA.....	19
6.1. Geração e Instalação do Par de Chaves.....	19
6.1.1. Geração do par de chaves.....	19
6.1.2. Entrega da chave privada à entidade titular.....	20
6.1.3. Entrega da chave pública para o emissor de certificado.....	20
6.1.4. Disponibilização de chave pública da AC para usuários.....	21
6.1.5. Tamanhos de chave.....	21
6.1.6. Geração de parâmetros de chaves assimétricas.....	21
6.1.7. Propósitos de uso de chave (conforme o campo “key usage” na X.509 v3).....	21
6.2. Proteção da Chave Privada e controle de engenharia do módulo criptográfico.....	21
6.2.1. Padrão e controle para módulo criptográfico.....	21
6.2.2. Controle “n de m” para chave privada.....	21
6.2.3. Custódia (<i>escrow</i>) de chave privada.....	21
6.2.4. Cópia de segurança (backup) de chave privada.....	22

6.2.5. Arquivamento de chave privada.....	22
6.2.6. Inserção de chave privada em módulo criptográfico.....	22
6.2.7. Armazenamento de chave privada em módulo criptográfico.....	22
6.2.8. Método de ativação de chave privada.....	22
6.2.9. Método de desativação de chave privada.....	22
6.2.10. Método de destruição de chave privada.....	22
6.3 Outros Aspectos do Gerenciamento do Par de Chaves.....	22
6.3.1. Arquivamento de chave pública.....	22
6.3.2. Períodos de operação do certificado e períodos de uso para as chaves pública e privada	23
6.4. Dados de Ativação.....	23
6.4.1. Geração e instalação dos dados de ativação.....	23
6.4.2. Proteção dos dados de ativação.....	23
6.4.3. Outros aspectos dos dados de ativação.....	23
6.5. Controles de Segurança Computacional.....	23
6.5.1. Requisitos técnicos específicos de segurança computacional.....	23
6.5.2 Classificação da segurança computacional.....	23
6.6. Controles Técnicos do Ciclo de Vida.....	23
6.6.1. Controles de desenvolvimento de sistema.....	24
6.6.2. Controles de gerenciamento de segurança.....	24
6.6.3. Controles de segurança de ciclo de vida.....	24
6.6.4. Controles na Geração de LCR.....	24
6.7. Controles de Segurança de Rede.....	24
6.8. Carimbo de Tempo.....	24
7. Perfis de Certificado, LCR e OCSP.....	24
7.1. Perfil do Certificado.....	24
7.1.1. Número de versão.....	24
7.1.2. Extensões de certificado.....	24
7.1.3. Identificadores de algoritmo.....	27
7.1.4. Formatos de nome.....	27
7.1.5. Restrições de nome.....	27
7.1.6. OID (<i>Object Identifier</i>) de Política de Certificado.....	28
7.1.7. Uso da extensão “ <i>Policy Constraints</i> ”.....	28
7.1.8. Sintaxe e semântica dos qualificadores de política.....	28
7.1.9. Semântica de processamento para extensões críticas.....	28
7.2. Perfil de LCR.....	29
7.2.1. Número de versão.....	29
7.2.2. Extensões de LCR e de suas entradas.....	29
7.3. Perfil de OCSP.....	29
7.3.1. Número(s) de versão.....	29
7.3.2. Extensões de OCSP.....	29
8. AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OUTRAS AVALIAÇÕES.....	29
8.1. Frequência e circunstâncias das avaliações.....	29
8.2. Identificação/Qualificação do avaliador.....	29
8.3. Relação do avaliador com a entidade avaliada.....	29

8.4. Tópicos cobertos pela avaliação	29
8.5. Ações tomadas como resultado de uma deficiência.....	29
8.6. Comunicação dos resultados.....	29
9. OUTROS NEGÓCIOS E ASSUNTOS JURÍDICOS.....	29
9.1. Tarifas.....	30
9.1.1. Tarifas de emissão e renovação de certificados.....	30
9.1.2. Tarifas de acesso ao certificado.....	30
9.1.3. Tarifas de revogação ou de acesso à informação de status	30
9.1.4. Tarifas para outros serviços.....	30
9.1.5. Política de reembolso.....	30
9.2. Responsabilidade Financeira	30
9.2.1. Cobertura do seguro.....	30
9.2.2. Outros ativos.....	30
9.2.3. Cobertura de seguros ou garantia para entidades finais.....	30
9.3. Confidencialidade da informação do negócio	30
9.3.1. Escopo de informações confidenciais	30
9.3.2. Informações fora do escopo de informações confidenciais.....	30
9.3.3. Responsabilidade em proteger a informação confidencial.....	30
9.4. Privacidade da informação pessoal.....	30
9.4.1. Plano de privacidade.....	30
9.4.2. Tratamento de informação como privadas.....	30
9.4.3. Informações não consideradas privadas.....	30
9.4.4. Responsabilidade para proteger a informação privadas.....	30
9.4.5. Aviso e consentimento para usar informações privadas.....	30
9.4.6. Divulgação em processo judicial ou administrativo	30
9.4.7. Outras circunstâncias de divulgação de informação	30
9.5. Direitos de Propriedade Intelectual.....	30
9.6. Declarações e Garantias.....	30
9.6.1. Declarações e Garantias da AC.....	30
9.6.2. Declarações e Garantias da AR.....	30
9.6.3. Declarações e garantias do titular	30
9.6.4. Declarações e garantias das terceiras partes.....	30
9.6.5. Representações e garantias de outros participantes.....	31
9.7. Isenção de garantias.....	31
9.8. Limitações de responsabilidades.....	31
9.9. Indenizações	31
9.10. Prazo e Rescisão	31
9.10.1. Prazo	31
9.10.2. Término.....	31
9.10.3. Efeito da rescisão e sobrevivência	31
9.11. Avisos individuais e comunicações com os participantes	31
9.12. Alterações	31
9.12.1. Procedimento para emendas	31
9.12.2. Mecanismo de notificação e períodos.....	31

9.12.3. Circunstâncias na qual o OID deve ser alterado	31
9.13. Solução de conflitos.....	31
9.14. Lei aplicável	31
9.15. Conformidade com a Lei aplicável.....	31
9.16. Disposições Diversas	31
9.16.1. Acordo completo.....	31
9.16.2. Cessão	31
9.16.3. Independência de disposições	31
9.16.4. Execução (honorários dos advogados e renúncia de direitos).....	31
9.17. Outras provisões	31
10. DOCUMENTOS REFERENCIADOS.....	32
11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

Controle de Alterações

1.0	Novembro/2024	Lucia Castelli	Alterações	Geração da versão da AC MRE v1, para emissão de certificados do tipo SE-H.
1.0	Novembro/2024	Alice Vasconcellos	Aprovação	

1. INTRODUÇÃO

1.1. Visão Geral

1.1.1. Este documento estabelece os requisitos a serem obrigatoriamente observados pela AC integrante da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil na elaboração de suas Políticas de Certificado - PC.

1.1.2. A PC MRE A4, elaborada no âmbito da ICP-Brasil adota obrigatoriamente a estrutura dos REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO na ICP-BRASIL [5].

1.1.3. A estrutura desta PC está baseada na RFC 3647.

1.1.4. Este documento compõe o conjunto da ICP-Brasil e nele são referenciados outros regulamentos dispostos nas demais normas da ICP-Brasil, conforme especificado no item 10.

1.1.5. O tipo de certificado emitido sob esta PC é o certificado de assinatura do Tipo SE-H.

1.1.6. Não se aplica

1.1.7. Certificados do tipo SE-S e SE-H são certificados de selo eletrônico, respectivamente, em software e em hardware, e devem ser emitidos apenas para pessoas jurídicas.

1.1.8. Não se aplica.

1.1.9. Não se aplica.

1.1.10. Não se aplica.

1.1.11. Não se aplica.

1.1.12. Não se aplica.

1.2. Identificação

1.2.1. Política de Certificado Digital de selo eletrônico, tipo SE-H, da AC MRE, OID **2.16.76.1.2.202.1** .

1.2.2. No âmbito da ICP-Brasil, os OIDs das PCs foi atribuído na conclusão do processo de credenciamento da AC.

1.3. Participantes da ICP-Brasil

1.3.1. Autoridades Certificadoras

1.3.1.1. A Autoridade Certificadora do Ministério das Relações Exteriores (AC MRE) integra a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, ICP-Brasil, sob a hierarquia da Autoridade Certificadora Raiz Brasileira, cuja PC é implementada nesse documento.

1.3.1.2. A DPC dessa AC encontra-se publicada em sua página *Web* no seguinte endereço: <https://certificados.serpro.gov.br/acmre>

1.3.2. Autoridades de Registro

1.3.2.1. O endereço da página *web* (*URL*) da AC é <https://certificados.serpro.gov.br/acmre> onde estão publicados os dados abaixo referentes as Autoridades de Registro, responsáveis pelos processos de recebimento, validação e encaminhamento de solicitação de emissão ou de revogação de certificados digitais, e de identificação de seus solicitantes:

- a) relação de todas as AR credenciadas, com informações sobre as PC que implementam;
- b) relação de AR que tenham sido descredenciadas da cadeia da AC, com a respectiva data do descredenciamento;

1.3.3. Titulares do Certificado

Os Titulares de Certificados desta PC são somente organizações que produzem documentos oficiais do tipo passaporte.

1.3.4. Partes Confiáveis

Considera-se terceira parte, a parte que confia no teor, validade e aplicabilidade do certificado digital e chaves emitidas pela ICP-Brasil.

1.3.5. Outros Participantes

A AC utiliza o Serviço Federal de Processamento de dados (SERPRO) como Prestador de Serviço de Suporte – PSS, Prestador de Serviço de Biométrico – PSBio e Prestador de Serviço de Confiança - PSC conforme disponibilizado no endereço: <https://certificados.serpro.gov.br/acmre>

1.4. Usabilidade do Certificado

1.4.1. Uso apropriado do certificado

1.4.1.1. Os certificados emitidos sob esta PC são apropriados ao uso apenas nas aplicações apresentadas na tabela descrita a seguir.

Política de Certificado	Aplicações Apropriadas
PC MRE SE-H	Certificados emitidos sob essa política são considerados adequados para assinatura eletrônica, irretratabilidade, integridade e autenticação pessoal. Eles podem ser usados nas seguintes aplicações: <ul style="list-style-type: none"> • Garantia de origem e integridade de documentos oficiais do tipo passaporte

1.4.1.2. As aplicações e demais programas que admitirem o uso de certificado digital de um determinado tipo, contemplado pela ICP-Brasil, devem aceitar qualquer certificado de mesmo tipo, ou superior, emitido por qualquer AC credenciada pela AC Raiz.

1.4.1.3. As aplicações para o certificado definido nesta PC, devem levar em conta o nível de segurança previsto para o tipo do certificado. Esse nível de segurança é caracterizado pelos requisitos mínimos definidos para aspectos como: tamanho da chave criptográfica, mídia armazenadora da chave, processo de geração do par de chaves, procedimentos de identificação do titular de certificado, frequência de emissão da correspondente Lista de Certificados Revogados

(LCR) e extensão do período de validade do certificado.

1.4.1.4. Não se aplica.

1.4.1.5. Certificados do tipo SE-S e SE-H serão utilizados para garantir origem e integridade de um documento eletrônico, servindo de prova da emissão do documento por uma pessoa jurídica.

1.4.1.6. Não se aplica.

1.4.1.7. Não se aplica

1.4.1.8. Não se aplica.

1.4.1.9. Não se aplica.

1.4.2. Uso proibitivo do certificado

1.4.2.1 É proibido o uso do certificado de aplicações específicas com a finalidade de autenticação de servidor (SSL/TLS) destinado ao reconhecimento confiável pelos navegadores de internet(browsers).

1.4.2.2 É proibido o uso do certificado de selo eletrônico para assinatura digital com o propósito de manifestação de vontade.

1.4.2.3. Não se aplica.

1.5. Política de Administração

Esta PC é administrada pela Autoridade Certificadora do Ministério das Relações Exteriores.

1.5.1. Organização administrativa do documento

Autoridade Certificadora do Ministério das Relações Exteriores – **AC MRE.**

1.5.2. Contatos

Administrativo:

Nome: Marcílio Falcão Cavalcanti Filho

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “H”, Anexo II, 1 subsolo – sala 9 Cep: 70170 – 900. Brasília – DF.

E-mail: marcilio.cavalcanti@itamaraty.gov.br

Telefone: (61) 2030-9482

Suporte/Fraudes

Nome: Central de Serviços SERPRO

Página Web: <https://atendimento.serpro.gov.br/certificacaodigital>

E-mail: css.serpro@serpro.gov.br

Telefone: 0800 7282323

1.5.3. Pessoa que determina a adequabilidade da DPC com a PC

Nome: Marcílio Falcão Cavalcanti Filho

Telefone: (61) 2030-9482

E-mail: marcilio.cavalcanti@itamaraty.gov.br

Procedimentos de aprovação da PC:

Esta PC é aprovada pelo ITI. Os procedimentos de aprovação da PC da AC MRE são estabelecidos a critério do CG da ICP-Brasil.

1.6. Definições e Acrônimos

SIGLA	DESCRIÇÃO
AC	Autoridade Certificadora
AC Raiz	Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil
AR	Autoridades de Registro
CEI	Cadastro Específico do INSS
CG	Comitê Gestor
CN	<i>Common Name</i>
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNE	Carteira Nacional de Estrangeiro
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CS	Code Signing
DETRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DMZ	Zona Desmilitarizada
DN	<i>Distinguished Name</i>
DPC	Declaração de Práticas de Certificação
EV	Extended Validation (WebTrust for Certification Authorities)
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IDS	<i>Intrusion Detection System</i>
IEC	<i>International Electrotechnical Commission</i>
IETF PKIX	<i>Internet Engineering Task Force - Public-Key Infrastructured (X.509)</i>
INMETRO	<i>Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ITU	<i>International Telecommunications Union</i>
LCR	Lista de Certificados Revogados
NBR	Norma Brasileira
NIS	Número de Identificação Social
OCSP	<i>Online Certificate Status Protocol</i>
OID	Object Identifier
OU	Organization Unit

PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS	Programa de Integração Social
PC	Políticas de Certificado
PCN	Plano de Continuidade do Negócio
POP	<i>Proof of Possession</i>
PRD	Plano de Recuperação a Desastres
PRI	Plano de Respostas a Incidentes
PS	Política de Segurança
PSBio	Prestador de Serviço Biométrico
PSC	Prestador de Serviço de Confiança
PSS	Prestadores de Serviço de Suporte
RFC	Request For Comments
RG	Registro Geral
SNMP	<i>Simple Network Management Protocol</i>
UF	Unidade de Federação
URL	Uniform Resource Locator

2. Responsabilidades de publicação e repositórios

Os itens seguintes estão descritos da DPC da AC.

2.1. Repositórios

2.2. Publicação de informações dos certificados

2.3. Tempo ou Frequência de Publicação

2.4. Controle de Acesso aos Repositórios

3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO

Os itens seguintes estão descritos na DPC da AC.

3.1. Nomeação

3.1.1. Tipos de nomes

3.1.2. Necessidade dos nomes serem significativos

3.1.3. Anonimato ou Pseudônimo dos Titulares do Certificado

3.1.4. Regras para interpretação de vários tipos de nomes

3.1.5. Unicidade de nomes

3.1.6. Procedimento para resolver disputa de nomes

3.1.7. Reconhecimento, autenticação e papel de marcas registradas

3.2. Validação inicial de identidade

3.2.1. Método para comprovar a posse de chave privada

3.2.2. Autenticação da identificação da organização

3.2.3. Autenticação da identidade de equipamento ou aplicação

Item 3.2.7. da DPC.

3.2.4. Autenticação da identidade de um indivíduo

Item 3.2.3. da DPC.

3.2.5. Informações não verificadas do titular do certificado

Item 3.2.4. da DPC.

3.2.6. Validação das autoridades

Item 3.2.5. da DPC.

3.2.7. Critérios para interoperação

Item 3.2.6. da DPC.

3.3. Identificação e autenticação para pedidos de novas chaves

3.3.1. Identificação e autenticação para rotina de novas chaves

3.3.2. Identificação e autenticação para novas chaves após a revogação

3.4. Identificação e Autenticação para solicitação de revogação

4. REQUISITOS OPERACIONAIS DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO

Os itens seguintes estão descritos na DPC da AC.

4.1. Solicitação do certificado

4.1.1. Quem pode submeter uma solicitação de certificado

4.1.2. Processo de registro e responsabilidades

4.2. Processamento de Solicitação de Certificado

4.2.1. Execução das funções de identificação e autenticação

4.2.2. Aprovação ou rejeição de pedidos de certificado

4.2.3. Tempo para processar a solicitação de certificado

4.3. Emissão de Certificado

4.3.1. Ações da AC durante a emissão de um certificado

4.3.2. Notificações para o titular do certificado pela AC na emissão do certificado

4.4. Aceitação de Certificado

4.4.1. Conduta sobre a aceitação do certificado

4.4.2. Publicação do certificado pela AC

4.4.3. Notificação de emissão do certificado pela AC Raiz para outras entidades

4.5. Usabilidade do par de chaves e do certificado

4.5.1. Usabilidade da Chave privada e do certificado do titular

4.5.2. Usabilidade da chave pública e do certificado das partes confiáveis

4.6. Renovação de Certificados

4.6.1. Circunstâncias para renovação de certificados

4.6.2. Quem pode solicitar a renovação

4.6.3. Processamento de requisição para renovação de certificados

4.6.4. Notificação para nova emissão de certificado para o titular

4.6.5. Conduta constituindo a aceitação de uma renovação de um certificado

4.6.6. Publicação de uma renovação de um certificado pela AC

4.6.7. Notificação de emissão de certificado pela AC para outras entidades

4.7. Nova chave de certificado

4.7.1. Circunstâncias para nova chave de certificado

4.7.2. Quem pode requisitar a certificação de uma nova chave pública

4.7.3. Processamento de requisição de novas chaves de certificado

4.7.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular

4.7.5. Conduta constituindo a aceitação de uma nova chave certificada

4.7.6. Publicação de uma nova chave certificada pela AC

4.7.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades

4.8. Modificação de certificado

4.8.1. Circunstâncias para modificação de certificado

4.8.2. Quem pode requisitar a modificação de certificado

Não se aplica.

4.8.3. Processamento de requisição de modificação de certificado

4.8.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular

4.8.5. Conduta constituindo a aceitação de uma modificação de certificado

4.8.6. Publicação de uma modificação de certificado pela AC

4.8.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades

4.9. Suspensão e Revogação de Certificado

4.9.1. Circunstâncias para revogação

4.9.2. Quem pode solicitar revogação

4.9.3. Procedimento para solicitação de revogação

4.9.4. Prazo para solicitação de revogação

4.9.5. Tempo em que a AC deve processar o pedido de revogação

4.9.6. Requisitos de verificação de revogação para as partes confiáveis

4.9.7. Frequência de emissão de LCR

4.9.8. Latência máxima para a LCR

4.9.9. Disponibilidade para revogação/verificação de status on-line

4.9.10. Requisitos para verificação de revogação on-line

4.9.11. Outras formas disponíveis para divulgação de revogação

4.9.12. Requisitos especiais para o caso de comprometimento de chave

4.9.13. Circunstâncias para suspensão

4.9.14. Quem pode solicitar suspensão

4.9.15. Procedimento para solicitação de suspensão

4.9.16. Limites no período de suspensão

4.10. Serviços de status de certificado

4.10.1. Características operacionais

4.10.2. Disponibilidade dos serviços

4.10.3. Funcionalidades operacionais

4.11. Encerramento de atividades

4.12. Custódia e recuperação de chave

4.12.1. Política e práticas de custódia e recuperação de chave

4.12.2. Política e práticas de encapsulamento e recuperação de chave de sessão

5. CONTROLES OPERACIONAIS, GERENCIAMENTO E INSTALAÇÕES

Os itens seguintes estão descritos na DPC da AC.

5.1. Controles físicos

5.1.1. Construção e localização das instalações de AC

5.1.2. Acesso físico

5.1.3. Energia e ar-condicionado

5.1.4. Exposição à água

5.1.5. Prevenção e proteção contra incêndio

5.1.6. Armazenamento de mídia

5.1.7. Destruição de lixo

5.1.8. Instalações de segurança (backup) externas (off-site) para AC

5.2. Controles Procedimentais

5.2.1. Perfis qualificados

5.2.2. Número de pessoas necessário por tarefa

5.2.3. Identificação e autenticação para cada perfil

5.2.4. Funções que requerem separação de deveres

5.3. Controles de Pessoal

5.3.1. Antecedentes, qualificação, experiência e requisitos de idoneidade

- 5.3.2. Procedimentos de verificação de antecedentes**
- 5.3.3. Requisitos de treinamento**
- 5.3.4. Frequência e requisitos para reciclagem técnica**
- 5.3.5. Frequência e sequência de rodízio de cargos**
- 5.3.6. Sanções para ações não autorizadas**
- 5.3.7. Requisitos para contratação de pessoal**
- 5.3.8. Documentação fornecida ao pessoal**
- 5.4. Procedimentos de Log de Auditoria**
 - 5.4.1. Tipos de eventos registrados**
 - 5.4.2. Frequência de auditoria de registros**
 - 5.4.3. Período de retenção para registros de auditoria**
 - 5.4.4. Proteção de registros de auditoria**
 - 5.4.5. Procedimentos para cópia de segurança (Backup) de registros de auditoria**
 - 5.4.6. Sistema de coleta de dados de auditoria (interno ou externo)**
 - 5.4.7. Notificação de agentes causadores de eventos**
 - 5.4.8. Avaliações de vulnerabilidade**
- 5.5. Arquivamento de Registros**
 - 5.5.1. Tipos de registros arquivados**
 - 5.5.2. Período de retenção para arquivo**
 - 5.5.3. Proteção de arquivo**
 - 5.5.4. Procedimentos de cópia de arquivo**
 - 5.5.5. Requisitos para datação de registros**
 - 5.5.6. Sistema de coleta de dados de arquivo (interno e externo)**
 - 5.5.7. Procedimentos para obter e verificar informação de arquivo**
- 5.6. Troca de chave**
- 5.7. Comprometimento e Recuperação de Desastre**
 - 5.7.1. Procedimentos gerenciamento de incidente e comprometimento**
 - 5.7.2. Recursos computacionais, software, e/ou dados corrompidos**
 - 5.7.3. Procedimentos no caso de comprometimento de chave privada de entidade**
 - 5.7.4. Capacidade de continuidade de negócio após desastre**

5.8. Extinção da AC

6. CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA

Nos itens seguintes, são definidas as medidas de segurança necessárias para proteger as chaves criptográficas dos titulares de certificados emitidos segundo essa PC. São definidos também outros controles técnicos de segurança utilizados pela AC e pelas AR vinculadas na execução de suas funções operacionais.

6.1. Geração e Instalação do Par de Chaves

6.1.1. Geração do par de chaves

6.1.1.1. Quando o titular de certificado for uma pessoa jurídica, esta indicará por seu(s) representante(s) legal(is), a pessoa responsável pela geração dos pares de chaves criptográficas e pelo uso do certificado.

6.1.1.1.1. Não se aplica.

6.1.1.1.2. Não se aplica.

6.1.1.2. As chaves criptográficas dos titulares de certificados devem observar os requisitos desta PC, bem como ser geradas e armazenadas em hardware ou mídia criptográficos homologados pela ICP- Brasil.

6.1.1.3. O algoritmo utilizado para as chaves criptográficas de titulares de certificados dessa AC é RSA com tamanho de chaves de 2048 bits.

6.1.1.4. Ao ser gerada, a chave privada da entidade titular é gravada cifrada, por algoritmo simétrico aprovado no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS da ICP-BRASIL[1] e armazenada hardware criptográfico, homologado junto à ICP-Brasil ou com certificação INMETRO.

6.1.1.5. A chave privada trafega cifrada, empregando os mesmos algoritmos citados no parágrafo anterior, entre o dispositivo gerador e a mídia utilizada para o seu armazenamento.

6.1.1.6. A mídia de armazenamento da chave privada deverá assegurar, por meios técnicos e procedimentais adequados, no mínimo, que:

- a) a chave privada é única e seu sigilo é suficientemente assegurado;
- b) a chave privada não pode, com uma segurança razoável, ser deduzida e deve estar protegida contra falsificações realizadas através das tecnologias atualmente disponíveis; e
- c) a chave privada pode ser eficazmente protegida pelo legítimo titular contra a utilização por terceiros.

6.1.1.7. Essa mídia de armazenamento não modifica os dados a serem assinados, nem impede que esses dados sejam apresentados ao signatário antes do processo de assinatura.

6.1.1.8. O armazenamento de chaves privadas de terceiros em hardware criptográfico só poderá ser realizada por entidade credenciada como PSC, nos termos do DOC-ICP-17 [4], ou no caso de soluções corporativas de armazenamento de chaves privadas de funcionários, em HSM de propriedade da instituição, mediante o conhecimento e concordância expressa do titular do certificado

com a DPC da AC, que atendam as aplicações demandadas das organizações, com acesso exclusivo por meio da rede interna.

6.1.1.9. Para o tipo de certificado SH-E, é utilizado a mídia armazenadora: Hardware criptográfico, homologado junto a ICP-Brasil ou com certificação INMETRO.

6.1.2. Entrega da chave privada à entidade

Não se aplica. É responsabilidade exclusiva do titular do certificado a geração e a guarda da sua chave privada.

6.1.3. Entrega da chave pública para o emissor de certificado

Chaves públicas são entregues à AC por meio de uma troca *on-line* utilizando funções automáticas do *software* de certificação da AC.

A mensagem de solicitação de certificado obedece ao formato PKCS#10, que inclui, na própria mensagem, a assinatura digital da mesma, realizada com a chave privada correspondente à chave pública contida na solicitação.

6.1.4. Disponibilização de chave pública da AC para usuários

As formas para a disponibilização dos certificados da cadeia de certificação, para os usuários da AC, compreendem:

- a) No momento da disponibilização de um certificado para seu titular, será utilizado o padrão PKCS#7, definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS da ICP-BRASIL[1];
- b) Página *web* da AC; e
- c) Outros meios seguros aprovados pelo CG da ICP-Brasil.

6.1.5. Tamanhos de chave

6.1.5.1. O tamanho das chaves criptográficas associadas aos certificados emitidos pela AC é de, no mínimo, *brainpoolP512r1*.

6.1.5.2. Os algoritmos e o tamanho das chaves utilizados nos diferentes tipos de certificados da ICP-Brasil estão definidos no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS da ICP-BRASIL [1].

6.1.6. Geração de parâmetros de chaves assimétricas

Os parâmetros de geração e verificação de chaves assimétricas do usuário final adotam o padrão estabelecido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1].

6.1.7. Propósitos de uso de chave (conforme o campo “key usage” na X.509 v3)

Os certificados emitidos pela AC têm o bit *digitalsignature* ativado.

6.2. Proteção da Chave Privada e controle de engenharia do módulo criptográfico

Neste item são definidos os requisitos de proteção das chaves privadas de certificados emitidos

segundo a PC.

6.2.1. Padrões e controle para módulo criptográfico

6.2.1.1. Os padrões requeridos para os módulos de geração de chaves criptográficos, estão definidos no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS da ICP-BRASIL [1].

6.2.1.2. Os requisitos aplicáveis ao módulo criptográfico utilizado para armazenamento da chave privada da entidade titular de certificado seguem os padrões de referência, definidos no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1].

6.2.2. Controle “n de m” para chave privada

Não se aplica.

6.2.3. Custódia (escrow) de chave privada

Não se aplica.

6.2.4. Cópia de segurança (backup) de chave privada

6.2.4.1. Qualquer titular de certificado poderá, a seu critério, manter cópia de segurança de sua própria chave privada.

6.2.4.2. A AC não mantém cópia de segurança de chave privada de titular de certificado de assinatura digital por ela emitido.

6.2.4.3. Não se aplica.

6.2.4.4. Não se aplica.

6.2.5. Arquivamento de chave privada

6.2.5.1. Não se aplica.

6.2.5.2. Não se aplica.

6.2.6. Inserção de chave privada em módulo criptográfico

As chaves privadas devem ser inseridas nos módulos criptográficos de acordo com os procedimentos especificados pelos fornecedores dos módulos.

6.2.7. Armazenamento de chave privada em módulo criptográfico

Ver item 6.1.

6.2.8. Método de ativação de chave privada

A chave privada, é ativada mediante senha solicitada pelo módulo criptográfico(HSM) existente nas estações. A senha deve ser criada e mantida apenas pelo Titular do Certificado, sendo para seu uso e conhecimento exclusivo.

Os Titulares de Certificados devem alterar suas senhas a qualquer momento, sendo recomendável que o façam no mínimo a cada 3 meses.

6.2.9. Método de desativação de chave privada

A desativação da chave privada ocorre com a retirada do dispositivo de armazenamento da chave privada seguindo do fechamento do programa que está utilizando o certificado.

6.2.10. Método de destruição de chave privada

A destruição da chave privada do certificado deve ser feita pelo próprio usuário final, por meio da eliminação do arquivo que a contém.

6.3 Outros Aspectos do Gerenciamento do Par de Chaves

6.3.1. Arquivamento de chave pública

A AC armazena as chaves públicas da própria AC e dos titulares de certificados, bem como as LCR emitidas, após a expiração dos certificados correspondentes, permanentemente, para verificação de assinaturas geradas durante seu período de validade.

6.3.2. Períodos de operação do certificado e períodos de uso para as chaves pública e privada

6.3.2.1 As chaves privadas da AC MRE pela DPC e dos titulares de certificados digital por ela emitidos deverão ser utilizadas apenas durante o período de validade dos certificados correspondentes. As correspondentes chaves públicas poderão ser utilizadas durante todo o período de tempo determinado pela legislação aplicável, para verificação de assinaturas geradas durante o prazo de validade dos respectivos certificados.

6.3.2.2 A PC implementada pela AC MRE define o período máximo de validade do certificado que define, com base nos requisitos aplicáveis estabelecidos pelo documento REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-BRASIL [7]. (Redação dada pela Resolução CG ICP-Brasil nº 211, de 2024).

6.3.2.3 A validade dos certificados emitidos pela AC MRE é de 11 anos (cadeias hierárquicas completas em curvas elípticas) e é limitada à validade do certificado da AC que o emitiu, desde que mantido o mesmo padrão de algoritmo para a geração de chaves assimétricas implementado pela AC hierarquicamente superior. (Redação dada pela Resolução CG ICP-Brasil nº 211, de 2024).

6.4. Dados de Ativação

Nos itens seguintes, estão descritos os requisitos gerais de segurança referentes aos dados de ativação. Os dados de ativação, distintos das chaves criptográficas, são aqueles requeridos para a operação de alguns módulos criptográficos.

6.4.1. Geração e instalação dos dados de ativação

Os dados de ativação da chave privada da AC são únicos e aleatórios.

6.4.2. Proteção dos dados de ativação

Os dados de ativação da AC são protegidos contra o uso não autorizado, por cartões criptográficos individuais com senha e são armazenados em ambiente de nível 6 de segurança.

6.4.3. Outros aspectos dos dados de ativação

Não se aplica.

6.5. Controles de Segurança Computacional

6.5.1. Requisitos técnicos específicos de segurança computacional

Os equipamentos onde são gerados os pares de chaves criptográficas dos Titulares de Certificados dispõem de mecanismos mínimos que garantem a segurança computacional, como, proteção do equipamento com Senha e instalação do CSP correspondente ao cartão criptográfico.

6.5.2 Classificação da segurança computacional

Item descrito na DPC.

6.6. Controles Técnicos do Ciclo de Vida

Item descrito na DPC.

6.6.1. Controles de desenvolvimento de sistema

Item descrito na DPC.

6.6.2. Controles de gerenciamento de segurança

Item descrito na DPC.

6.6.3. Controles de segurança de ciclo de vida

Item descrito na DPC.

6.6.4. Controles na Geração de LCR

Item descrito na DPC.

6.7. Controles de Segurança de Rede

Os mesmos controles admitidos no item 6.7 da DPC.

6.8. Carimbo de Tempo

Não se aplica.

7. Perfis de Certificado, LCR e OCSP

Os itens seguintes especificam os formatos dos certificados e das LCR gerados segundo esta PC. São incluídas informações sobre os padrões adotados, seus perfis, versões e extensões. Os requisitos mínimos estabelecidos nos itens seguintes são obrigatoriamente atendidos em todos os tipos de certificados admitidos no âmbito da ICP-Brasil.

7.1. Perfil do Certificado

Todos os certificados emitidos pela AC estão em conformidade com o formato definido pelo padrão ITU X.509 ou ISO/IEC 9594-8.

7.1.1. Número de versão

Todos os certificados emitidos pela AC implementa a versão 3 do padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.1.2. Extensões de certificado

7.1.2.1. Neste item, a PC descreve todas as extensões de certificado utilizadas e sua criticidade.

7.1.2.2. A ICP-Brasil define como obrigatórias as seguintes extensões:

- a) **“Authority Key Identifier”**, não crítica: contém o *hash 160* SHA-1 da chave pública da AC titular do certificado;
- b) **“Key Usage”**, crítica: somente o bit *digitalSignature* é ativado.;
- c) **“Certificate Policies”**, não crítica: contém o OID – 2.16.76.1.2.202.1 -, bem como o endereço da página *Web* da AC: <http://repositorio.serpro.gov.br/docs/dpcacmrev1.pdf>
- d) **“CRL Distribution Points”**, não crítica: contém os endereços da página *Web* onde se obtém a LCR da AC:

<https://repositorio.serpro.gov.br/lcr/acmrev1.crl>
<https://certificados2.serpro.gov.br/lcr/acmrev1.crl>

e) **Authority Information Access**”, **não crítica**, contendo o método de acesso *id-ad-calssuer*, utilizando o protocolo de acesso HTTP para a recuperação da cadeia de certificação no seguinte endereço:

Para certificados emitidos na AC MRE v1:

<http://repositorio.serpro.gov.br/cadeias/acmrev1.p7b>

7.1.2.3. Campos *otherName* adicionais, contendo informações específicas e forma de preenchimento e armazenamento definidas pela AC, poderão ser utilizados com OID atribuídos ou aprovados pela AC Raiz. (Redação dada pela Resolução CG ICP-Brasil nº 211, de 2024).

Campo *otherName*, obrigatório, contendo:

OID = 2.16.76.1.3.3 e conteúdo = nas 14 (quatorze) posições o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da pessoa jurídica titular do certificado;

7.1.2.4. Os campos *otherName* definidos como obrigatórios pela ICP-Brasil devem estar de acordo com as seguintes especificações:

- a) Conjunto de informações definido em cada campo *othername* deve ser armazenado como uma cadeia de caracteres do tipo *ASN.1 OCTET STRING* ou *PRINTABLE STRING*;
- b) Quando os números de CPF, NIS (PIS, PASEP ou CI), RG, CNPJ, CEI ou Título de Eleitor não estiverem disponíveis, os campos correspondentes devem ser integralmente preenchidos com caracteres “zero”;
- c) Se o número do RG não estiver disponível, não se deve preencher o campo de órgão emissor e UF. O mesmo ocorre para o campo de município e UF, se não houver número de inscrição do Título de Eleitor;
- d) Quando a identificação profissional não estiver disponível, não deverá ser inserido o campo (OID) correspondente.
- e) Todas informações de tamanho variável referentes a números, tais como RG, devem ser preenchidas com caracteres “zero” a sua esquerda para que seja completado seu máximo tamanho possível;
- f) As 10 (dez) posições das informações sobre órgão emissor do RG e UF referem-se ao tamanho máximo, devendo ser utilizadas apenas as posições necessárias ao seu armazenamento, da esquerda para a direita. O mesmo se aplica às 22 (vinte e duas) posições das informações sobre município e UF do Título de Eleitor;
- g) Apenas os caracteres de A a Z, de 0 a 9, observado o disposto no item 7.1.5.2, poderão ser utilizados, não sendo permitidos os demais caracteres especiais;
- h) Não se aplica.

7.1.2.5. Todas as informações utilizadas para preenchimento dos campos do certificado devem ser

verificadas. (Redação dada pela Resolução CG ICP-Brasil nº 211, de 2024).

7.1.3. Identificadores de algoritmo

Os algoritmos criptográficos utilizados para assinatura dos certificados pela AC são os admitidos no âmbito da ICP-Brasil, conforme documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS da ICP-BRASIL [1]. Os certificados emitidos pela AC são assinados com o uso do algoritmo criptográfico 'ecdsa-with-SHA512'.

7.1.4. Formatos de nome

7.1.4.1. O nome do titular do certificado, constante do campo "*Subject*", adota o "*Distinguished name*" (DN) do padrão ITU X.500/ISO 9594, conforme especificado na Tabela de Perfis de Certificado e LCR, Anexo I deste documento. (Redação dada pela Resolução CG ICP-Brasil nº 211, de 2024).

Para certificados selo eletrônico emitidos para pessoa jurídica na cadeia AC MRE v1:

C = BR
 O = ICP=Brasil
 OU = Autoridade Cv1ertificadora do Ministerio das Relações Exteriores
 CN = Titular do Certificado

7.1.4.2. Será escrito o nome até o limite do tamanho do campo disponível, vedada a abreviatura.

7.1.5. Restrições de nome

7.1.5.1. Neste item da PC, são descritas as restrições aplicáveis para os nomes dos titulares de certificados.

7.1.5.2. A ICP-Brasil estabelece as seguintes restrições para os nomes, aplicáveis a todos os certificados:

- a) não deverão ser utilizados sinais de acentuação, tremas ou cedilhas; e
- b) além dos caracteres alfanuméricos, poderão ser utilizados somente os seguintes caracteres especiais:

Caractere	Código NBR9611 (hexadecimal)
Branco	20
!	21
"	22
#	23
\$	24
%	25
&	26
'	27
(28
)	29
*	2A
+	2B
,	2C
-	2D
.	2E
/	2F
:	3A
;	3B
=	3D
?	3F
@	40
\	5C

7.1.6. OID (*Object Identifier*) de Política de Certificado

O OID 2.16.76.1.2.202.1 . foi atribuído a Política de Certificado. Todo certificado emitido segundo esta PC deverá conter, na extensão "*Certificate Policies*", o OID correspondente.

7.1.7. Uso da extensão "*Policy Constraints*"

Não se aplica.

7.1.8. Sintaxe e semântica dos qualificadores de política

Nos certificados emitidos segundo esta PC, o campo *policyQualifiers* da extensão "*Certificate Policies*" contém o endereço da página *web* com a DPC da AC:

<http://repositorio.serpro.gov.br/docs/dpcacmrev1.pdf>

7.1.9. Semântica de processamento para extensões críticas

Extensões críticas são interpretadas conforme a RFC 5280.

7.2. Perfil de LCR

7.2.1. Número de versão

As LCR geradas pela AC segundo a PC, implementam a versão 2 de LCR definida no padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.2.2. Extensões de LCR e de suas entradas:

7.2.2.1. A AC adota as seguintes extensões e sua criticalidade:

- a) **“Authority Key Identifier”, não crítica:** contém o *hash* SHA-1 da chave pública da AC;
- b) **“Key Usage”, crítica:** contém o bit ***digital signature ativado***;
- c) **“CRL Number”, não crítica:** contém número sequencial para cada LCR emitida;
- d) **“Authority Information Access”, não crítica,** contendo o método de acesso id-ad-calssuer, utilizando protocolo http para a recuperação da cadeia de certificados no endereço:

<http://repositorio.serpro.gov.br/cadeias/acmrev1.p7b>

7.3. Perfil de OCSP

Não se aplica.

7.3.1. Número(s) de versão

Não se aplica.

7.3.2. Extensões de OCSP

Não se aplica.

8. AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OUTRAS AVALIAÇÕES

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes na DPC da AC.

8.1. Frequência e circunstâncias das avaliações

8.2. Identificação/Qualificação do avaliador

8.3. Relação do avaliador com a entidade avaliada

8.4. Tópicos cobertos pela avaliação

8.5. Ações tomadas como resultado de uma deficiência

8.6. Comunicação dos resultados

9. OUTROS NEGÓCIOS E ASSUNTOS JURÍDICOS

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes na DPC da AC.

9.1. Tarifas

9.1.1. Tarifas de emissão e renovação de certificados

- 9.1.2. Tarifas de acesso ao certificado**
- 9.1.3. Tarifas de revogação ou de acesso à informação de status**
- 9.1.4. Tarifas para outros serviços**
- 9.1.5. Política de reembolso**
- 9.2. Responsabilidade Financeira**
 - 9.2.1. Cobertura do seguro**
 - 9.2.2. Outros ativos**
 - 9.2.3. Cobertura de seguros ou garantia para entidades finais**
- 9.3. Confidencialidade da informação do negócio**
 - 9.3.1. Escopo de informações confidenciais**
 - 9.3.2. Informações fora do escopo de informações confidenciais**
 - 9.3.3. Responsabilidade em proteger a informação confidencial**
- 9.4. Privacidade da informação pessoal**
 - 9.4.1. Plano de privacidade**
 - 9.4.2. Tratamento de informação como privadas**
 - 9.4.3. Informações não consideradas privadas**
 - 9.4.4. Responsabilidade para proteger a informação privadas**
 - 9.4.5. Aviso e consentimento para usar informações privadas**
 - 9.4.6. Divulgação em processo judicial ou administrativo**
 - 9.4.7. Outras circunstâncias de divulgação de informação**
- 9.5. Direitos de Propriedade Intelectual**
- 9.6. Declarações e Garantias**
 - 9.6.1. Declarações e Garantias da AC**
 - 9.6.2. Declarações e Garantias da AR**
 - 9.6.3. Declarações e garantias do titular**
 - 9.6.4. Declarações e garantias das terceiras partes**
 - 9.6.5. Representações e garantias de outros participantes**
- 9.7. Isenção de garantias**
- 9.8. Limitações de responsabilidades**
- 9.9. Indenizações**

9.10. Prazo e Rescisão

9.10.1. Prazo

9.10.2. Término

9.10.3. Efeito da rescisão e sobrevivência

9.11. Avisos individuais e comunicações com os participantes

9.12. Alterações

9.12.1. Procedimento para emendas

Qualquer alteração na PC deverá ser submetida à aprovação da AC Raiz.

9.12.2. Mecanismo de notificação e períodos

Mudança nesta PC será publicado no site da AC.

9.12.3. Circunstâncias na qual o OID deve ser alterado

9.13. Solução de conflitos

9.14. Lei aplicável

9.15. Conformidade com a Lei aplicável

9.16. Disposições Diversas

9.16.1. Acordo completo

Esta PC representa as obrigações e deveres aplicáveis à AC e AR e outras entidades citadas. Havendo conflito entre esta PC e outras resoluções do CG da ICP-Brasil, prevalecerá sempre a última editada.

9.16.2. Cessão

9.16.3. Independência de disposições

9.16.4. Execução (honorários dos advogados e renúncia de direitos)

9.17. Outras provisões

Esta PC foi submetida à aprovação, durante o processo de credenciamento da AC MRE, conforme o estabelecido no documento CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL [3]. Como parte desse processo, além da conformidade com este documento, é verificada a compatibilidade entre a PC e a DPC da AC MRE.

10. DOCUMENTOS REFERENCIADOS

Os documentos abaixo são aprovados por Resoluções do Comitê-Gestor da ICP-Brasil, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio <http://www.iti.gov.br> publica a versão mais atualizada desses documentos e as Resoluções que os aprovaram.

Ref.	Nome do documento	Código
[3]	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-03
[4]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DEPRÁTICAS DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DE CONFIANÇADA ICP-BRASIL	DOC-ICP-17
[5]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-04

Os documentos abaixo são aprovados por Instrução Normativa da AC Raiz, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio <http://www.it.gov.br> publica a versão mais atualizada desses documentos e as Instruções Normativas que os aprovaram.

Ref.	Nome do documento	Código
[1]	PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-01.01
[2]	ATRIBUIÇÃO DE OID NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-04.01

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RFC 3647, IETF - Internet X.509 Public Key Infrastructure Certificate Policy and Certification Practices Framework, november 2003.

RFC 5280, IETF - Internet X.509 Public Key Infrastructure Certificate and Certificate Revocation List (CRL) Profile, may 2008.